

EDITAL DE RETIFICAÇÃO Nº 02/2017

O Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, informa que em observância aos Princípios da Ampla Competitividade e da Publicidade, fica retificado o Edital nº 01/2017, referente ao CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS para provimento de cargo de Auditor do Tribunal de Contas, também denominado Conselheiro Substituto, na forma que se segue:

a) o item 3, passa a vigorar a seguinte redação: “k) não ter sofrido penalidade por prática de atos desabonadores no exercício profissional; l) apresentar declaração de bens e acumulação de cargos, empregos ou funções; m) cumprir as exigências deste Edital; n) declarar, no momento da solicitação de inscrição, que tem ciência e que, caso aprovado, aceita entregar, por ocasião da posse, os documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para investidura no cargo.”

b) no Anexo II Conteúdos Programáticos e Referências Bibliográficas do Direito Constitucional, passa a vigorar a seguinte redação: **DIREITO CONSTITUCIONAL**. 1. Constitucionalismo: conceito; evolução histórica; o constitucionalismo no Brasil. 2. Poder constituinte. 2.1. Conceito, natureza e titularidade. 2.2. Poder constituinte material e Poder constituinte formal. 2.3. Poder constituinte originário e derivado. 2.4. Limitações ao Poder constituinte derivado. 2.5. Poder constituinte decorrente: espécies, caracteres e limitações. 2.6. Reforma e revisão constitucional. 3. Constituição. 3.1. Conceito. 3.2. Concepções doutrinárias sobre a Constituição. 3.3. Classificação das Constituições. 3.4. Elementos da Constituição. 3.5. Funções da Constituição. 3.6. Classificação e eficácia das normas constitucionais. 4. Mutação constitucional. 5. Interpretação da Constituição. 5.1. Métodos de interpretação da Constituição. 5.2. Princípios e técnicas de interpretação constitucional. 5.3. Ponderação de bens ou valores. 5.4. Limites da interpretação constitucional. 6. Princípios constitucionais. 7. Controle de constitucionalidade. 7.1. Conceito. 7.2. Pressupostos de constitucionalidade das espécies normativas. 7.3. Espécies de controle de constitucionalidade. 7.4. Ação Direta de Inconstitucionalidade. 7.5. Ação Declaratória de Constitucionalidade. 7.6. Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão. 7.7. Alegação de Descumprimento de Preceito Fundamental. 7.8. Reclamação. 8. Direitos e Garantias Fundamentais. 9. Direitos Sociais. 10. Direitos Políticos. 11. Ações constitucionais: *habeas corpus*, mandado de segurança, mandado de injunção, ação popular, *habeas data*. 12. Organização do Estado Brasileiro. 12.1. Entidades componentes da Federação brasileira. 12.2. Repartição de competências. 12.3. Intervenção federal nos Estados e nos Municípios. 13. Organização dos Poderes. 13.1. Poder

Legislativo. 13.2. Poder Executivo. 13.3. Poder Judiciário. 13.4. Tribunal de Contas. 13.5. Ministério Público. 14. Defesa do Estado e das instituições democráticas. 14.1. Estado de defesa. 14.2. Estado de sítio. 15. Administração Pública. 16. Ordem econômica e financeira. 17. Seguridade social. 18. Educação e cultura. 19. Meio ambiente. 20. Constituição do Estado de Minas Gerais.

REFERÊNCIAS

- BARROSO, Luís Roberto. *Curso de Direito Constitucional Contemporâneo: os Conceitos Fundamentais e a Construção do Novo Modelo*. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
- BONAVIDES, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. 32ª ed. São Paulo: Malheiros, 2017.
- FERNANDES, Bernardo Gonçalves. *Curso de Direito Constitucional*. Salvador: Juspodivm, 2017.
- SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 40ª ed. São Paulo: Malheiros, 2017.

c) no Anexo II Conteúdos Programáticos e Referências Bibliográficas do Direito Administrativo, passa a vigorar a seguinte redação: **DIREITO ADMINISTRATIVO**. 1. Conceito e objeto. 2. Princípios constitucionais do Direito Administrativo brasileiro. 3. Regime jurídico-administrativo. 4. Organização da Administração Pública: 4.1. Concentração e desconcentração de competências. 4.2. Centralização e descentralização administrativa. 4.3. Administração direta. 4.3.1. Administração indireta. 4.3.2. Autarquias. 4.3.3. Fundações públicas. 4.3.4. Empresas públicas. 4.3.5. Sociedades de economia mista. 4.3.6. Subsidiárias. 4.3.7. Consórcios públicos. 5. Entidades de colaboração com a Administração Pública: 5.1. Parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil. 5.2. Serviços sociais autônomos. 5.3. Organizações sociais. 5.4. Organizações da sociedade civil de interesse público. 6. Poderes do administrador público: 6.1. Poder vinculado. 6.2. Poder discricionário. 6.3. Poder hierárquico. 6.4. Poder disciplinar. 6.5. Poder regulamentar. 6.6. Poder de polícia. 7. Ato administrativo: 7.1. Atos da Administração e ato administrativo. 7.2. Conceito. 7.3. Atributos. 7.4. Elementos. 7.5. Classificações. 7.6. Vinculação e discricionariedade. 7.7. Extinção. 7.7.1. Revogação. 7.7.2. Anulação. 7.7.3. Convalidação e estabilização. 8. Processo administrativo: 8.1. Conceito. 8.2. Espécies. 8.3. Princípios. 8.4. Direitos e deveres do administrado. 8.5. Competência. 8.6. Forma, tempo e lugar dos atos. 8.7. Instrução e decisão. 8.8. Recursos. 8.9. Processo administrativo na legislação federal e na legislação estadual

mineira. 9. Licitação: 9.1. Conceito. 9.2. Princípios. 9.3. Finalidade e objeto. 9.4. Normas gerais e suplementares de licitação. 9.5. Licitação Sustentável. 9.6. Dispensa e inexigibilidade. 9.7. Modalidades e tipos de licitação. 9.8. Procedimentos. 9.9. Revogação e anulação. 9.10. Recursos. 9.11. Sanções. 9.12. Normas relativas à microempresa e à empresa de pequeno porte. 10. Contratos administrativos. 10.1. Conceito. 10.2. Características. 10.3. Formalização. 10.4. Execução e inexecução. 10.5. Revisão e rescisão. 11. Convênios. 12. Agentes públicos. 12.1. Espécies. 12.2. Normas constitucionais pertinentes. 12.3. Formas de provimento e vacância. 12.4. Direitos, deveres e proibições. 12.5. Responsabilidade administrativa, civil e penal. 12.6. Processo disciplinar. 12.7. Lei Estadual nº 869, de 05/07/1952 (Estatuto dos Servidores Públicos do Estado de Minas Gerais). 13. Responsabilidade do Estado. 13.1. Fundamentos e características. 13.2. Evolução da responsabilidade do estado. 13.3. Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade. 13.4. Reparação do dano. 13.5. Ação regressiva. 14. Intervenção do Estado na propriedade privada: 14.1. Função social da propriedade. 14.2. Ocupação temporária. 14.3. Requisição. 14.4. Limitação administrativa. 14.5. Servidão administrativa. 14.6. Tombamento. 14.7. Desapropriação. 15. Serviços públicos: 15.1. Conceito. 15.2. Serviço público e outras atividades da Administração: distinção. 15.3. Concessões e permissões de serviço público e seus regimes jurídicos. 15.4. Poderes, deveres e direitos do delegante, do delegatário e dos usuários. 15.5. Política tarifária. 15.6. Extinção da concessão e da permissão. 15.7. Parcerias público-privadas. 16. Bens públicos: 16.1. Classificação. 16.2. Regimes jurídicos. 16.3. Aquisição e alienação. 16.4. Uso de bem público por particular. 17. Controle da Administração Pública: 17.1. Conceito. 17.2. Controle interno e externo. 17.3. Controle administrativo, legislativo e jurisdicional: instrumentos e procedimentos. 17.4. Controle judicial: mandado de segurança individual e coletivo, mandado de injunção, *habeas data*, ação popular, ação civil pública. 18. Acesso à informação. Lei Federal nº 12.527, de 18/11/2011. 19. Improbidade Administrativa. 20. Responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira. Lei nº 12.846, de 1º/08/2013.

REFERÊNCIAS

- BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Curso de Direito Administrativo*. 33ª ed. São Paulo: Malheiros, 2017.
- CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. 31ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. 30ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

- FURTADO, Lucas Rocha. *Curso de Licitações e Contratos Administrativos*. 7ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2017.
- JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. 7ª Edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

d) no Anexo II Conteúdos Programáticos e Referências Bibliográficas do Direito Financeiro e Direito Tributário, passam a vigorar as seguintes redações: **DIREITO FINANCEIRO**. 1. Atividade financeira do Estado: conceito; o fenômeno financeiro; características e fins. 2. Receitas Públicas: conceito; evolução; classificação; disciplina jurídica e processamento. 3. Despesas Públicas: conceito; evolução; classificação; disciplina jurídica e processamento. 6. Dívida pública: conceito; evolução; classificação; disciplina jurídica e processamento. 7. Orçamento público: conceito e natureza jurídica; elementos essenciais; classificação; princípios orçamentários; regime constitucional; vedações constitucionais em matéria orçamentária. 8. Fiscalização e controle orçamentário. 9. Gestão Patrimonial. 10. Normas gerais de Direito Financeiro. 11. Lei nº 4.320, de 17/03/1964. 12. Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). 13. Lei Complementar nº 141, de 13/01/2012 (Capítulo III - Da Aplicação de Recursos em Ações e Serviços Públicos de Saúde - Seção V - Disposições Gerais).

DIREITO TRIBUTÁRIO. O sistema tributário na Constituição. Limitações ao poder de tributar: princípios e imunidades. Competência tributária. Lei complementar em matéria tributária. Repartição de receitas tributárias. Conceito de tributo. Espécies tributárias. Tarifa e preço público. Impostos federais, estaduais e municipais. Fontes de direito tributário. Interpretação e integração das leis tributárias. Fato gerador. Conceito. Características essenciais. Norma geral antielisão. Obrigação tributária. Sujeitos ativo e passivo. Responsabilidade tributária. Substituição tributária. Capacidade tributária. Crédito tributário. Constituição. Lançamento. Modalidades. Efeitos. Hipóteses de suspensão da exigibilidade, extinção e exclusão do crédito tributário. Prescrição e decadência. Garantias e privilégios de crédito tributário. Administração tributária. Incidência. Não-incidência. Imunidade, isenção e anistia.

REFERÊNCIAS (DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO)

- AMARO, Luciano. *Direito tributário brasileiro*. São Paulo, Saraiva, 2013.
- BRASIL. Código Tributário Nacional. Lei n. 5.172 de 1966.

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil - Arts. 145 a 169 da CRFB. (texto atualizado).
- BRASIL, Lei nº 4.320, de 17/03/1964.
- BRASIL, Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). 13.
- BRASIL, Lei Complementar nº 141, de 13/01/2012 (Capítulo III - Da Aplicação de Recursos em Ações e Serviços Públicos de Saúde - Seção V - Disposições Gerais).
- CALDAS FURTADO, J.R.. *Elementos de Direito Financeiro*. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2010.
- COELHO, Sacha Calmon Navarro. *Curso de direito tributário brasileiro*. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense. 12 ed. 2012.
- MACHADO, Hugo de Brito. *Curso de direito tributário*. 34. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.
- OLIVEIRA, Regis Fernandes de. *Curso de Direito Financeiro*. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.
- PAULSEN, Leandro. *Curso de direito tributário: completo*. 5. ed. rev. atual. e ampl. – Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2013.
- SPAGNOL, Werther Botelho. *Curso de Direito Tributário*. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.
- TORRES, Ricardo Lobo. *Curso de Direito Financeiro e Tributário*. 14. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

e) no Anexo II Conteúdos Programáticos e Referências Bibliográficas do Controle Externo, passa a vigorar a seguinte redação: **CONTROLE EXTERNO**. 1. Controle da Administração Pública: conceito, abrangência e espécies. 2. Sistemas de controle externo. 3. Tribunais de Contas na Constituição Federal: regime jurídico, estrutura, composição, competência, natureza jurídica e eficácia das decisões. 4. Fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. 5. Controle de Constitucionalidade e os Tribunais de Contas. 6. Poder Legislativo e os Tribunais de Contas. 7. Controle Interno e os Tribunais de Contas. 8. Controle externo na Constituição do Estado de Minas Gerais. 9. Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (Lei Complementar Estadual nº 102, de 17/01/2008). 9.1. Do Tribunal de Contas. 9.1.1. Da Jurisdição e da Competência. 9.1.2. Da composição e da Organização. 9.1.3. Da Ouvidoria. 9.1.4. Da Auditoria. 9.1.5. Do Ministério Público junto ao Tribunal. 9.1.6. Da Escola de Contas. 9.1.7. Do Tribunal Pleno e das Câmaras. 9.2. Da Fiscalização e do Controle. 9.2.1. Das Contas do Governador e do Prefeito. 9.2.2.

Das Contas Anuais e Especiais. 9.2.3. Dos Atos Sujeitos a Registro. 9.2.4. Da Fiscalização da Gestão Pública Fiscal. 9.2.5. Da Fiscalização dos Atos e Contratos Administrativos. 9.2.6. Da Denúncia e da Representação. 9.3. Das Decisões e da Comunicação dos Atos Processuais. 9.3.1. Das Decisões. 9.3.2. Da Forma das Decisões. 9.3.3. Dos Prejulgados e da Uniformização de Jurisprudência. 9.3.4. Da Execução das Decisões. 9.3.5. Da Comunicação dos Atos Processuais. 9.3.6. Da Contagem dos Prazos. 9.4. Das Sanções e das Medidas Cautelares. 9.4.1. Das Sanções. 9.4.2. Das Medidas Cautelares. 9.5. Dos Recursos e do Pedido de Rescisão. 9.5.1. Disposições Gerais. 9.5.2. Do Recurso Ordinário. 9.5.3. Do Agravo. 9.5.4. Dos Embargos de Declaração. 9.5.5. Do Pedido de Reexame. 9.5.6. Do Pedido de Rescisão. 9.5.7 Da Prescrição e Da Decadência. 9.6. Das Disposições Finais. 9.7. Disposições Gerais e Transitórias. 10. Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (Resolução nº 12, de 19/12/2008). 11. Enunciados de Súmula do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

REFERÊNCIAS

- FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby Fernandes. *Tribunais de Contas do Brasil*. 4ª edição. Belo Horizonte: Ed. Fórum, 2016.
- LIMA, Luiz Henrique. *Controle Externo*. Teoria e jurisprudência para os Tribunais de Contas. 6ª ed. São Paulo: Ed. Gen Saraiva, 2015.
- SIMÕES, Edson. *Tribunais de Contas. Controle externo das contas públicas*. São Paulo: Saraiva, 2014.